



## **A PERSPECTIVA DA AGROECOLOGIA NA PRODUÇÃO DA IDEIA DE FEMINISMO RURAL NO MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR/NE)<sup>1</sup>**

VIEIRA, Iasmim de Araújo<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Doutoranda em sociologia pela Unicamp, Campinas, São Paulo. E-mail: [iasmimva@gmail.com](mailto:iasmimva@gmail.com)

### **RESUMO**

Refletimos sobre os modos pelos quais a perspectiva da agroecologia foi mobilizada na produção da ideia de Feminismo Rural. Esta categoria foi construída pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE) durante a Escola de Educadoras Feministas (EEF). O texto é um recorte da discussão que foi elaborada na dissertação de mestrado e que, dentre alguns temas, fala sobre este. A agroecologia é umas das chaves de leitura que aparece caracterizando e atribuindo sentidos e significados à luta feminista rural por estar diretamente vinculada ao contexto. Na interrelação entre feminismo e agroecologia, são suscitadas problematizações sobre os modos como o patriarcado atua na vida da mulher rural, bem como estratégias de resistências. Os dados foram coletados durante as aulas da Escola, por meio de entrevistas e documentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção de Conhecimento; Agroecologia; Feminismo Rural.

### **INTRODUÇÃO**

Este texto concentra algumas discussões que desenvolvi na pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi refletir sobre o processo de produção de conhecimento no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE). O recorte que defini para a investigação, circunscreve a experiência de educação denominada Escola de Educadoras Feministas (EEF). No âmbito desta Escola, observamos como as trabalhadoras rurais do Nordeste construíram coletivamente as bases para a formação feminista do Movimento. Além disso, a escola continha em seu processo a proposta de elaboração da ideia de Feminismo Rural. Sendo este um dos modos de estudar a produção de saberes no Movimento, precepei-me em observar as principais reflexões que foram suscitadas no exercício de elaboração de tal ideia durante a EEF. Nesse contexto, a agroecologia é pautada como um dos centros de gravidade em que reúne interessantes referências políticas para a construção do conceito. Para este texto, traremos alguns debates que foram germinados durante a Escola e que revelam os modos pelos quais a perspectiva da agroecologia foi mobilizada pelas trabalhadoras rurais para a autodefinição do Feminismo Rural.

A Escola de Educadoras Feministas, nasce do reconhecimento e da necessidade de se construir uma formação política feminista específica para as trabalhadoras rurais. Suas origens passam pela junção de duas outras experiências significativas de formação dentro do MMTR/NE: A Escola Feminista de Formação Política e Econômica e a experiência de formação construída no Programa de Formação de Educadoras.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da minha dissertação de mestrado cujo título é “A Estrada da Sabedoria”: a produção de conhecimento no interior do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE) (VIEIRA, 2017). A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp e defendida em 2017.



A Escola Feminista de Formação Política e Econômica foi uma iniciativa que nasceu em 2004, no âmbito da Rede Mulher e Democracia, uma articulação que o MMTR/NE fez parte junto a outras instituições: Casa da Mulher do Nordeste (CMN); Centro das Mulheres do Cabo (CMC) e Fundação Joaquim Nabuco.

Em 2010, a Escola Feminista de Formação Política e Econômica adentra em um projeto maior denominado “Formação e Empoderamento de Mulheres Populares e Diversas para a Construção de Novas Cidades em Colômbia, Equador, Brasil e Peru”. Este projeto, aconteceu por ocasião do financiamento da “Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (AECID) e da coordenação da organização não governamental “Fundação Espanhola Intermón-Oxfam”, através de um acordo em matéria de gênero e desenvolvimento para a América do Sul<sup>2</sup>. O acordo foi focado na representação das mulheres e em sua participação igualitária em espaços sociais, econômicos e políticos, através de organizações sociais que promovessem o fortalecimento dos direitos das mulheres nestes países.

O objetivo da Escola Feminista de Formação Política e Econômica consistiu em contribuir para que as mulheres exercessem plenamente todos os seus direitos a partir de suas identidades diversas. A escola foi estruturada a partir de seis módulos temáticos, contando com uma carga horária total de 60h. Os módulos versavam sobre temas como: relações de gênero e sistema patriarcal; história do Brasil com o recorte na questão racial; movimentos sociais com ênfase no movimento feminista; economia solidária; divisão sexual do trabalho; autonomia econômica das mulheres; estrutura política do Estado e democracia. A Escola Feminista de Formação Política e Econômica aconteceu durante dez anos; de 2004 a 2010 no âmbito da Rede Mulher e Democracia, e de 2010 a 2014, quando passou a integrar o projeto internacional em parceria com as três instituições. O público-alvo para a formação eram as mulheres populares das organizações.

A outra experiência determinante junto a esta primeira para a construção da Escola de Educadoras Feministas foi a construção do Programa de Formação Educadoras do MMTR/NE criado em 1994. Este Programa, por sua vez, passou por várias fases e transformações. No entanto, é possível dizer que um dos seus principais objetivos foi o de organizar formações pedagógicas para o trabalho educativo com as mulheres rurais. É importante destacar que as reflexões sobre o Programa foram sistematizadas pelo Movimento no livro “Estrada da Sabedoria” (2008). No documento, são encontradas informações que revelam a avaliação das militantes sobre a necessidade de formação específica para as trabalhadoras rurais, metodologias apropriadas, conteúdos para a educação política e toda uma discussão sobre as diversas relações que as mulheres rurais constroem em seus territórios. A sistematização da experiência do Programa, no momento de construção da Escola de Educadoras Feministas, foi resgatadas e serviu de base para a nova proposta de formação feminista rural.

---

<sup>2</sup> Neste projeto apenas o MMTR/NE, o CMC e a CMN fizeram parte. As organizações foram escolhidas, segundo o Diagnóstico Participativo do Convênio Regional, por incidência e atuação das organizações nas regiões do país que apresenta os piores indicadores sociais para as mulheres. Assim, o Nordeste foi a região escolhida do Brasil para o desenvolvimento do projeto a partir dessas três organizações.



Com o fim da Escola Feminista de Formação Política e Econômica, em 2014, o MMTR/NE avaliou que escolas como esta deveriam ser contínuas, mas com algumas modificações. A iniciativa da Escola de Educadoras Feministas, inspirada, sobretudo, no acúmulo de experiências dos dois processos anteriormente vividos, se pretendia mais autonomia e originalidade, haja vista que seria pensada exclusivamente por e para as trabalhadoras rurais.

A partir da apropriação das experiências anteriores, a Escola de Educadoras Feministas do MMTR/NE passou a ter, inicialmente, quatro módulos e a ser realizada em microrregiões do Nordeste<sup>3</sup> como formação interna do Movimento. São os módulos: I- Acolhimento e História do Brasil; II-

Sociologia e Ciência Política: Classes e Movimentos Sociais; III- Economia Feminista e Agroecologia; IV Auto-organização das Mulheres e Feminismo Rural<sup>4</sup>.

As reformulações tiveram o propósito de tornar a Escola de Educadoras Feministas, uma escola específica do MMTR/NE. Por esta razão, seu conteúdo deveria estar mais próximo da vida das trabalhadoras rurais. Merece destaque na estrutura da EEF, o acréscimo da dimensão educativa, logo elucidada no nome. Também se diferencia a inclusão do debate sobre a agroecologia como elemento central para discutir a economia feminista (Módulo III), e o módulo para pensar e construir a auto-organização das mulheres e o Feminismo Rural (Módulo IV). Este último, em especial, foi o módulo que utilizamos para refletir sobre os conhecimentos produzidos, tendo como ponto de partida a inclusão de tais discussões.

No módulo IV, sobre *Auto-organização das Mulheres e Feminismo Rural*, as militantes iniciaram a reflexão relembrando suas vidas a partir dos marcos das opressões de suas identidades subalternizadas. Este momento de escuta é indicado como primordial para a valorização das histórias de vida das mulheres e o entendimento do “eu mulher” e do “eu feminista”, como indicado no plano de aula. Posteriormente, o estudo segue com o debate sobre auto-organização feminista e a importância desses espaços. A história do feminismo no Brasil é apresentada a partir da demonstração da diversidade de mulheres e de perspectivas de lutas, para entender em que medida as correntes do feminismo se aproximam e se distanciam umas das outras. Por fim, é realizado um debate sobre a luta das trabalhadoras rurais a partir do texto “Feminismo Rural: uma nova forma de ser mulher no campo”, texto construído por assessoras e trabalhadoras rurais para fomentar o debate. O texto foi elaborado para o curso, mas não é fechado. Durante as aulas da Escola de Educadoras Feministas foi reformulado mediante discussões. Além disso, são lançadas perguntas geradoras para que, a partir da resposta das mulheres, se construa coletivamente a ideia de feminismo rural, tendo por base todo o estudo desenvolvido ao longo do curso.

---

<sup>3</sup> Cada microrregião reuniu três estados por ordem de proximidade geográfica: Bahia, Sergipe e Alagoas; Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; Ceará, Piauí e Maranhão.

<sup>4</sup> Em 2018, o MMTR/NE publicou a sistematização da Escola de Educadoras Feminista. O material que está disponível no site Movimento (<http://www.mmtne.org.br>) descreve mais informações sobre conteúdos e metodologias da Escola.



## **METODOLOGIA**

O estudo tem abordagem qualitativa de pesquisa, justamente por tratar sobre modos pelos quais a perspectiva da agroecologia é mobilizada na produção da ideia de Feminismo Rural. Como é um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017, contou com análises documentais dos materiais sistematizados, como o livro “A Estrada da Sabedoria” (2008), o texto “Feminismo Rural: uma nova forma de ser mulher no campo” e os planos de aula da Escola, materiais produzidos pelo Movimento. Realizamos observação participante em uma das Edições da EEF, quando ela reuniu os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. E, além disso, foram transcritos os áudios que registraram aulas das demais edições microrregionais. Somam-se a estes procedimentos a realização de entrevistas semiestruturadas.

Conforme dito anteriormente, a análise está concentrada no IV módulo da Escola, quando o objetivo foi o estudo sobre a auto-organização das mulheres e a construção da ideia de Feminismo Rural. No entanto, o debate sobre a agroecologia – que é o tema do III módulo – reaparece no momento em que, coletivamente, as trabalhadoras rurais produzem a ideia de feminismo rural. Observamos que para as três Escolas microrregionais analisadas, o engajamento político do MMTR/NE na luta pela agroecologia, contribuiu para a percepção de marcadores sociais que também são mobilizados para a construção da ideia de feminismo rural. Ganham destaque, as problematizações relativas aos modos de produção, bem como o protagonismo da mulher rural na reflexão sobre opressões-explorações específicas e na criação de alternativas ao enfrentamento de tais opressões-explorações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para nós, trabalhadoras rurais, seguir com o projeto político do Movimento hoje, é a questão da agroecologia. E não ter mais essa coisa que a gente chamou até recentemente de geração de renda. E daí partir de vários questionamentos: “o que é gerar renda?”. Gerar renda pode significar muita coisa. Eu posso gerar renda, por exemplo, produzindo com o uso de agrotóxico. Mas qual é a nossa perspectiva na geração de renda? É uma geração de renda que ela traga autonomia, que ela traga sustentabilidade, que também traga autonomia política para as mulheres. Não desassocie a questão da autonomia econômica da autonomia política. Precisa-se trabalhar a economia em uma perspectiva feminista. E trabalhar a economia em uma perspectiva feminista, para a gente, é dizer: a gente precisa discutir a divisão sexual do trabalho. Porque a gente precisa dizer que isso que nós mulheres fazemos, que estamos no quintal, que estamos no roçado, que estamos na criação dos animais, que estamos no cuidado com as crianças, que estamos no cuidado da casa, que estamos no cuidado como os idosos, que estamos no cuidado da água, isso tudo é trabalho e esse trabalho tem um valor.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

E que esse valor sempre foi negado e sempre visto como uma ajuda. Então, trabalhar a economia em uma perspectiva feminista é trazer a dimensão da divisão sexual do trabalho, de valorizar esse trabalho, o cuidado no trabalho doméstico. Mas, também dizer, que se a gente continuar com essa sobrecarga de trabalho, a gente não avança na nossa economia. Ora, que horas sobra tempo, então, para a gente trabalhar nossa autonomia econômica e nossa geração de renda? Já gastamos tanto do nosso tempo com esse trabalho (VERÔNICA SANTANA, entrevista em outubro de 2015).

O tema da agroecologia é uma discussão que tem ganhado destaque dentro do Movimento, principalmente porque vem qualificar o debate que já existia sobre geração de renda. No trecho da entrevista, Verônica Santana, trabalhadora rural de Sergipe e uma das diretoras do Movimento, nos conta como foram feitas reflexões no momento em que se planejava o currículo da EEF. Considera que é preciso falar sobre as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais, reconhecê-las e valorizá-las, de modo que possibilite desnaturalizar a divisão sexual do trabalho, pois há uma latente sobrecarga que inviabiliza o avanço de alguns debates. A agroecologia e a economia feminista complementam essas discussões por se tratarem de uma perspectiva política.

Na economia feminista, a dimensão do cuidado é de extrema relevância. Permite enxergar o caráter político do trabalho que é hegemonicamente atribuído às mulheres, como necessário à produção do viver. Este enfoque torna o cuidado como uma esfera imprescindível para alternativas ao sistema capitalista, já que nesta engrenagem do capital, ele é desvalorizado por ser restrito às atividades naturalizadas como exclusiva das mulheres. No entanto, é este mesmo cuidado que responde às demandas cotidianas de sobrevivência, como podemos observar a partir da prática agroecológica (NOBRE, 2003).

Para elucidarmos a perspectiva agroecológica que o MMTR/NE trabalha, citaremos um trecho da entrevista realizada com Elizete Silva, que é trabalhadora rural de Pernambuco e foi diretora regional do MMTR/NE por duas gestões:

Quando a gente começou a discutir a questão da produção, dos quintais produtivos, começa-se a trabalhar muito forte a questão da agroecologia. Se faz necessário a gente começar a desconstruir o trabalho tradicional<sup>5</sup> que não agrega valor, não agrega conhecimento, não constrói. É uma coisa muito bitolada no padrão da sociedade. A agroecologia é uma coisa que inova, que empodera, que dá visibilidade, que dá saúde, que dá qualidade e que dá condição de se sustentar, de ter um desenvolvimento humano, político e social. Porque quando você trabalha a questão da agroecologia, você não pensa só em você. Você pensa em você, pensa na comunidade e pensa nas pessoas que estão fora da comunidade, que vão consumir o produto. Você tem um produto de

<sup>5</sup> O trabalho tradicional que ela faz referência diz respeito às produções com uso de agrotóxicos em que se pensa o lucro em primeiro lugar.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

qualidade para você, para a sua família, mas também você quer um produto de qualidade para comercializar, vender, trocar. Então não é uma coisa só minha, é uma coisa para todos nós. A produção tradicional, eu penso muito no “eu”. Quero comercializar para vender, não importa de que maneira e nem como, se vai fazer bem ou se vai fazer mal. À questão da agroecologia hoje nunca esteve tão presente na vida da trabalhadora rural, nunca esteve tão forte nas nossas discussões. Porque a gente sempre plantou coentro, cebola, tomate, toda a vida a gente plantou na diversidade e muitas vezes a gente plantou sem agrotóxico. A gente sempre gostou daquela lavourinha no terreno de casa com bichinho, porque a gente diz assim, que é uma comida que tem um sabor diferente. É um jerimum docinho, é uma macaxeira deliciosa, uma batata doce diferente das outras, porque são lavouras que são plantadas sem o veneno. Então a gente plantava para a gente comer, para a gente ter o consumo. Quando a agroecologia tomou um rumo diferente na discussão do desenvolvimento do campo, a gente assumiu a agroecologia também como papel nosso, porque a gente quer comida boa e de qualidade e quantidade o suficiente, não só para a gente, mas para as pessoas da comunidade. Porque se a gente não plantar, a cidade não come. E aí a gente quer que todo mundo tenha uma qualidade de vida diferenciada, e como a gente que está nas bases, para a gente desconstruir isso, tem que desconstruir fazendo diferente. E o diferente é um trabalho livre de agrotóxico. Um trabalho em que a gente possa plantar como nossas avós e bisavós plantavam, livre de qualquer coisa que possa fazer mal a nossa saúde e a saúde de nossos filhos, que é um trabalho voltado para a agroecologia. É um trabalho feito com participação da família, da comunidade, é um trabalho onde envolve não só uma pessoa, mas envolve uma comunidade como um todo. Um desenvolvimento, uma sustentabilidade voltada para o social, comum, para todo mundo que mora na comunidade e está na base” (ELIZETE SILVA, entrevista em outubro de 2015).

Elizete Silva nos aviva sobre diferenças de paradigmas de desenvolvimento do campo. De um lado, o modelo convencional preconizado pelo capitalismo – por se priorizar o lucro, com consequências como degradação do ambiente e produtos de baixa qualidade – tendo em vista os impactos na saúde com o consumo do veneno oriundo dos agrotóxicos. Por outro lado, no modelo agroecológico, a lógica da produção prevê uma perspectiva de trabalho em que se pensa na comunidade, que se envolve a família nas atividades com o propósito da subsistência e que se busca relacionar a produção com as questões sociais e econômicas. Para as trabalhadoras rurais, a adoção da perspectiva agroecológica nestes termos, vem de encontro a um hábito de vida ancestral vivenciado por elas e que, dado o avanço da modernização capitalista, teve sua forma de produção afetada. Como Elizete nos conta, trata-se da continuação dos modos de produção das suas avós e bisavós, em que se planta na diversidade e com



sustentabilidade. É importante observar que a incorporação da agroecologia nas lutas do Movimento, legitima as trabalhadoras rurais enquanto protagonistas desta prática.

O tema da agroecologia, segundo os estudos de Emma Siliprandi (2015), aparece nos Estados Unidos na década de 1970 em contexto de reação aos impactos de desenvolvimento da agricultura moderna. Já o termo agroecologia surge, então, combinando estudos que demonstravam os malefícios dos avanços da agricultura moderna industrial em consonância com o resgate de heranças agrícolas que materializam em suas atividades produtivas a busca pela sustentabilidade, conservação da biodiversidade, e da natureza. Paralela a esta iniciativa, várias organizações sociais rurais, em denúncia à tal modernização, questionou a destruição de suas economias, dado o avanço do capitalismo no campo, e organizavam-se na luta pela terra com produções de base familiar, com experiências de organizações coletivas e com propostas alternativas a produção capitalista hegemônica, desde os seus modos produtivos a comercialização (SILIPRANDI, 2015).

Dentre alguns conceitos presentes na ideia de agroecologia, Siliprandi (2015) destaca alguns que nos permitem compreender o atual contexto dos debates agroecológicos sobre produção de conhecimento. O primeiro deles diz respeito à importância dos saberes tradicionais, haja vista que, no esquema das relações entre práticas agrícolas e convivência sustentável com ecossistemas, as experiências dos povos do campo (agricultores/as familiares, povos tradicionais, indígenas, quilombolas e outros) através dos conhecimentos perpassados pela cultura, demonstram maior capacidade de equilíbrio entre as produções e a preservação do ambiente. Através de isto, o campesinato enquanto grupo social que sofre diretamente os impactos dos avanços da agricultura moderna, contesta a ideia de desenvolvimento civilizatório imposta pelo capitalismo que prevê dentro desta noção, uma linha evolutiva que separa o ideal desenvolvido do atrasado. Esta lógica quase sempre se refere à visão de mundo imposta pelos “países desenvolvidos” em detrimento daqueles “subdesenvolvidos”.

Nesse sentido, busca-se recuperar o papel do campesinato na história, por considerar que este grupo consegue mais adequadamente produzir com maior redução de impactos nos ecossistemas naturais. Na necessidade de incorporar os conhecimentos populares nesta proposta, é que a ideia de troca de saberes ganha relevância. Muitos desses conhecimentos subalternizados pelos ideais modernos civilizatórios já não estão disponíveis. Por isso, a perspectiva agroecológica atua de forma interdisciplinar, buscando relacionar várias áreas do conhecimento de modo que haja possibilidades criativas de diálogo entre muitos saberes e que se estabeleça um convívio harmônico entre os modos de produção e a natureza. Por assim ser, não se trata de uma adequação com um viés ecológico apenas, mas de um formato de produção agrícola em que não se destrua o ambiente, tampouco as pessoas e as organizações sociais (SILIPRANDI, 2015:93).



Sobre a presença destas reflexões no currículo da Escola, Elizete nos conta em entrevista os motivos pelos quais há a necessidade da inserção deste debate.

Como eu disse a você, a gente já fazia agroecologia, mas a gente fazia uma coisa dentro do nosso terreno, do nosso quintal e fazia muito para nós, para sustentarmos os nossos filhos. Como hoje a gente vê que ou a gente parte para uma cultura que desconstrua esse padrão de agricultura que a nossa sociedade tem aí e que só causa doença e morte ou a gente vai pagar um preço muito grande. Então, se a gente já fazia isso, tem que dar visibilidade. Dar visibilidade e lutar para que outras pessoas façam, porque as pessoas dizem o seguinte: 'Ah, eu não vou plantar agroecologicamente nada, demora demais, demora a sair'. A gente tem provado que não demora, que o mesmo tempo que você planta um coentro com adubo ou planta o coentro com o adubo orgânico, ele sai do mesmo jeito, só que tem uma diferença, com o veneno mata e como orgânico fortalece. A gente tem provado isso por A mais B. Isso é importante estar dentro do currículo da Escola [de Educadoras] Feministas, porque vai dar visibilidade e uma direção às mulheres que muitas vezes, por conta do marido, por conta de alguns sindicatos, ainda teimam em trabalhar tradicionalmente [com veneno], achando que agroecologicamente traz prejuízos na produção e no tempo de colheita. A gente tem mostrado, através da Escola [de Educadoras] Feministas e de muitas experiências, que isso não é verdade e que a gente tem que mudar, e a gente só pode mudar quando a gente assume. E a Escola [de Educadoras] Feminista é uma das armas, dos instrumentos e estratégias que faz com que a gente veja que o melhor caminho para uma mudança é uma vida de qualidade e de sustentabilidade no campo, através da prática da agroecologia (ELIZETE SILVA, entrevista em outubro de 2015).

Para as trabalhadoras rurais do Nordeste, discutir a agroecologia diz respeito a uma necessidade de transformação das suas realidades. A EEF, enquanto arma política, permite a difusão de argumentos que questionam a degradação da natureza e das relações sociais. Isto é observável quando se aponta a imposição de maridos ou dos sindicatos rurais quanto ao uso de agrotóxicos em produções de domínio das mulheres, falamos dos quintais produtivos e dos cultivos para o autoconsumo. Na ocasião que vivenciavam o IV módulo da EEF, e dedicavam-se a reflexões sobre auto-organização e ao significado de feminismo rural, o tema da agroecologia retorna ao contexto de discussões como elemento que diz respeito à prática feminista no campo. A princípio, ele havia sido indicado no texto "Feminismo Rural" produzido para a EEF, dada a ascendência deste debate no Movimento. No momento em que as mulheres trocavam experiências sobre o significado do feminismo rural, a relação entre o feminismo e agroecologia ganha destaque.





### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

A gente discutiu o feminismo rural. A gente viu que o feminismo rural é justamente essa necessidade que se tem de desmontar o patriarcado. A gente vê que também, temos que olhar por esse lado de respeito e valorização da mulher, porque mesmo estando lá, a mulher rural, mesmo que ela queira produzir o quintal dela, acontece que o patriarcado está tão forte que a mulher planta as coisas dela e o homem vem e diz que vai colocar o veneno, porque o que eles pensam não é em valorização, não é em respeito e sim no lucro. Se colocar o veneno na produção aqui, se tem mais dinheiro. A gente vê que a mulher se diferencia nesse feminismo por algo, justamente por isto, que a mulher está buscando ir contra a esse patriarcado, mudar isso aí, mudar também a questão da violência. Porque quando tem as mulheres nos grupos organizados, já são mulheres que muitas coisas elas se livram, como a violência. O homem quando ele quer ter relações com ela, “ter que aceitar”, mesmo que ela não esteja com vontade. A gente sabe que temos que lutar nesse lado. Como ele, quando tem a relação sexual dele, ele está com vontade, também a mulher tem que ter esse direito, de estar com vontade e também querer aquilo. A gente vê que passando em tempos em tempos, e a gente faz para servir o homem e não para fazermos nossa vontade. Que a gente tem de diferente é justamente isso, que a gente busque esse respeito e essa valorização, essa autoestima da mulher rural, da mulher que estar ali, levando para essa parte da agroecologia, que a gente não deixe que o homem venha dominar também neste setor das produções (LENNY, EEF-MMTR/NE, 2015).

Nos ensinamentos de Lenny, trabalhadora rural de Pernambuco, fica evidente a relação que é feita entre violências sexuais cometidas por cônjuges e as interferências dos mesmos com veneno nas produções agroecológicas. Essas violações constroem o papel de servidão e subordinação imposto à mulher rural. O feminismo rural é elaborado como perspectiva que busca a confluência destes dois debates para tratar das realidades em que vivem as trabalhadoras rurais. Busca-se enxergar e acabar com a dominação masculina em vários âmbitos da vida, desde as relações afetivas sexuais aos setores da produção.

Sobre a relação feminismo e agroecologia, Ferreira (2009, 2016, 2017) tem produzido análises interessantes sobre o atual contexto de interinfluência destas duas correntes de atuação e pensamento no Brasil. Boa parte dessa interrelação diz respeito ao trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sobretudo a partir da construção do GT-Mulheres. A autora considera em seu texto publicado em 2009, sobre *A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres*, que há nestas práticas produtivas um saldo positivo para as mulheres no processo de afirmação de seus saberes e de seu trabalho, o que contribui potencialmente para redefinições da própria noção de poder, pois quando se valoriza conhecimentos locais, as mulheres aparecem enquanto protagonistas.



A agroecologia como perspectiva política que se preocupa com a sustentabilidade da terra e das relações entre as pessoas, ao valorizar saberes tradicionais de quem tem a prática em seu cotidiano, permite questionar relações de poder entre quem faz e quem fala. Em seu texto publicado em 2007, Ferreira e Mattos colaboram para a discussão, observando as contribuições do feminismo para a agroecologia e vice-versa.

No estudo, a autora e o autor apontam que o feminismo contribui para a crítica à família monolítica, quando observa que no interior da unidade familiar de produção há relações de poder, que se não forem problematizadas, continuam sendo perpetuadas mesmo que com manejos ecologicamente corretos. Além disso, consideram que há uma dupla dominação na experiência das trabalhadoras rurais pelas suas condições impostas pelo sistema patriarcal enquanto mulheres e por pertencerem ao mundo rural também inserido em relações de dependência.

Em contrapartida, o feminismo ganha com as mulheres agroecológicas uma nova ótica para tratar das questões relativas ao doméstico, sobretudo porque o trabalho de cuidado, como Verônica Santana pontua - das crianças, dos/ idosos/as, da alimentação, da água, do roçado- passa a ser valorizado, com a necessária crítica à divisão sexual do trabalho e dos tempos dedicados a este serviço, já que, para as trabalhadoras rurais, é quase indissociável o tempo do “produtivo” e do “reprodutivo”.

Na EEF, estas reflexões compõem o conjunto de elementos que estão inseridos para pensar o feminismo rural. Madalena Santana, que é trabalhadora rural de Sergipe, levanta esse questionamento durante o curso.

E por que esse negócio de porco, galinha, ovelha, é considerado como miudeza? Animais miúdos, não tem valor, agora a vaca é do homem, a galinha e o porco são da mulher. Isso é invisibilidade mesmo! Quem sustenta a família no dia a dia? É o ovo, é a galinha, ou boi? Para você vender são dois anos [o boi]. Quando fala “a vaca” é de seu fulano, “as galinhas” são de dona fulana. Isso é trabalho doméstico, é invisibilidade mesmo (MADALENA, EEF-MMTR/NE, 2015).

A denúncia de Madalena Santana está no recorte dado à separação e hierarquização na criação de animais. Como ela nos informa, o trabalho doméstico de cuidado dos animais “miúdos” que alimentam as famílias, convencionalmente atribuído às mulheres é invisibilizado. Tratam-se de situações em que é necessário repensar o cuidado enquanto exigência à produção do viver e problematizá-lo nas relações entre homens e mulheres, para que se revele o protagonismo das mulheres e para que este não seja exclusivo delas.

Para contribuir com a reflexão dessas denúncias, Ferreira (2017) considera que na interrelação entre o feminismo e a agroecologia é possível perceber que as questões sociais ficam em evidência. Desta forma, pontua algumas situações de opressão como: a) proibição da prática sem agrotóxico; b) proibição à

Cadernos de Agroecologia - ISSN 2236-7934 – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – Vol. 15, N° 3, 2020



participação em práticas coletivas, haja vista que o trabalho agroecológico exige esta dinâmica; c) proibição à vida econômica, pois se questiona a ausência da mulher na comercialização das suas produções; d) proibição à participação política, quando o espaço “público” ainda é possível apenas para os homens; e) proibição à titularidade da terra e acesso ao crédito.

Observamos que, para as trabalhadoras rurais do Nordeste, o debate sobre agroecologia, enquanto perspectiva política, permite aproximação com a identidade feminista por favorecer o reconhecimento da mulher como símbolo de resistência e protagonismo na luta contra os avanços do capitalismo no campo, além de visibilizar opressões vivenciadas por elas em seus cotidianos. A postura feminista é viva quando se reconhece que nesta imbricação entre o capitalismo e o patriarcado no meio rural, as trabalhadoras são em primeira instância afetadas de modo específico, seja pela invisibilidade do trabalho realizado por elas, seja pela imposição das vontades dos homens na vida “privada” e na vida “produtiva”. O feminismo rural aparece enquanto linha de ação que reúne essas reflexões e estrutura um modo de ser feminista que reflete a realidade das trabalhadoras rurais do Nordeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia torna-se um projeto político neste feminismo rural que, juntamente com a economia feminista, organiza novos valores para o trabalho das mulheres. No quesito trabalho, a obrigação das atividades “reprodutivas” instituída às mulheres, passa a ser reconhecida como violência, quando acarreta em sobrecargas de trabalho e impossibilidade da participação dessas mulheres em outros âmbitos da vida. As diferenças em ser uma trabalhadora rural imersa neste contexto de desigualdade no campo, estão inscritas nos modos onde o patriarcado atua, que intensificam a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres e não reconhece a simultaneidade das diversas atividades construídas pelas trabalhadoras rurais que combinam “produção” e “reprodução” da vida. Logo, é possível dizer que falar em feminismo é, também, falar em contexto. Pois é justamente o contexto que atribui sentido e significado às estratégias de luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, A. P. L. **A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas**: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v.4,n.1,dez.2009.ISSN2236-7934.Disponível:<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/3520>.

\_\_\_\_\_. **Agricultoras do Pajeú**: Feminismo E Agroecologia No Semiárido Brasileiro. Revista Pegada- vol.17,n.1. Julho/2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3916/3434>.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

FERREIRA, A.P.L. MATOS, L.C. **Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia.** Cienc. Cult. vol.69 no.2 São Paulo/Jun. 2017.

NOBRE, M. **Diálogos entre economia solidária e economia feminista.** In: A produção do viver: ensaios de economia feminista/ Nalu Faria (org.), Miriam Nobre (org.). São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7).

MMTR/NE (MOVIMENTO DA TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE). **A Estrada da Sabedoria:** Sistematizando os Caminhos Para a Formação de Educadoras Rurais do Nordeste – 1994-2006. 2. ed. – Caruaru, 2008.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. /Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VIEIRA, I.A. “ **A Estrada da Sabedoria**”: a produção de conhecimento no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE). 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.